



15ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

QUASAR ASSET MANAGEMENT LTDA.

C.N.P.J./MF nº 14.084.509/0001-74

N.I.R.E. 35.225.646.446

Pelo presente instrumento particular, os abaixo-assinados:

(a) **QUASAR INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04543-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.525.055/0001-83, neste ato representada na forma do seu contrato social pelo Sr. Carlos Alberto Heitor de Farias Maggioli Filho, brasileiro, divorciado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.816.888 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 184.192.418-06, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, conjunto 92, Edifício Spazio JK, Itaim Bibi, CEP 04543-000; e

(b) **CARLOS ALBERTO HEITOR DE FARIAS MAGGIOLI FILHO**, acima qualificado;

na qualidade de sócios representando a totalidade do capital social da **QUASAR ASSET MANAGEMENT LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04543-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.084.509/0001-74, com seu Contrato Social e 14ª Alteração de Contrato Social devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o N.I.R.E. 35.225.646.446 e nº 572.805/17-2, em sessões de 18.7.2011 e de 21.12.2017, respectivamente ("**Sociedade**"), têm entre si deliberado alterar e

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'd' followed by a vertical line.

DUCEAP
04 09 18

consolidar o Contrato Social da Sociedade da seguinte forma:

1. Inicialmente, a sócia **QUASAR INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.** que neste ato se retira da Sociedade, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, com a expressa anuência do sócio **CARLOS ALBERTO HEITOR DE FARIAS MAGGIOLI FILHO**, suas 999 (novecentas e noventa e nove) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, com tudo o que as mesmas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, para a **QUASAR HOLDING S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, conjunto 92, parte, Edifício Spazio JK, Itaim Bibi, CEP 04543-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.207.647/0001-50, neste ato representada na forma do seu estatuto social pelos Srs. Carlos Alberto Heitor de Farias Maggioli Filho, acima qualificado, e José Paulo Lema Perri, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.833.450-1-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 224.435.378-89, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1726, conjunto 92, Edifício Spazio JK, Itaim Bibi, CEP 04543-000, que ora ingressa na Sociedade.
2. A Sociedade, os cedentes e os cessionários dão se reciprocamente ampla, geral e irrevogável quitação relativamente às quotas ora cedidas, para nada mais reclamarem uns dos outros a qualquer título ou pretexto.
3. Como consequência da cessão e transferência de quotas mencionadas acima, o Capítulo 2 do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

"2. CAPITAL SOCIAL

2.1. *O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:*

DUCESP
04 09 18

SÓCIO	QUOTAS	CAPITAL	PERCENTUAL
Quasar Holding S.A.	999	R\$ 999,00	99%
Carlos Alberto Heitor de Farias Maggioli Filho	1	R\$ 1,00	1%
Total	1.000	R\$ 1.000,00	100%

2.2. A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das quotas que cada um possui na Sociedade, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, de acordo com o artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

2.3. A cada quota corresponderá um voto nas deliberações das reuniões de sócios.

2.4. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

2.5. Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas ou direito de participar de aumento de capital social a outros sócios ou a terceiros, total ou parcialmente, sem a prévia e escrita anuência de sócios representando, pelo menos, 3/4 (três quartos) do capital social, que terão direito de preferência para aquisição das mesmas."

4. Face às deliberações acima, resolvem os sócios não apenas alterar o Capítulo 2 do Contrato Social da Sociedade, mas também consolidá-lo, o qual passará a vigorar, na sua íntegra, com a seguinte nova redação:

"CONTRATO SOCIAL DA QUASAR ASSET MANAGEMENT LTDA.

1. DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

1.1. A Sociedade desenvolverá suas atividades sob denominação de **QUASAR ASSET MANAGEMENT.**

DUCESP
04 09 18

1.2. A Sociedade tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.726, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04543-000, podendo abrir e fechar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior.

1.3. A Sociedade tem por objeto social:

(a) o exercício profissional da atividade de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, de fundos de investimento, de clubes de investimento, bem como quaisquer outras formas de administração ou gestão de recursos de terceiros, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e

(b) a participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou quotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

1.4. A Sociedade terá duração por tempo indeterminado.

2. CAPITAL SOCIAL

2.1. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	CAPITAL	PERCENTUAL
Quasar Holding S.A.	999	R\$ 999,00	99%
Carlos Alberto Heitor de Farias Maggioli Filho	1	R\$ 1,00	1%
Total	1.000	R\$ 1.000,00	100%

2.2. A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor das quotas que cada um possui na Sociedade, mas todos respondem solidariamente pela

DUCEAP
04 09 18

integralização do capital social, de acordo com o artigo 1.052 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

2.3. A cada quota corresponderá um voto nas deliberações das reuniões de sócios.

2.4. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

2.5. Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas ou direito de participar de aumento de capital social a outros sócios ou a terceiros, total ou parcialmente, sem a prévia e escrita anuência de sócios representando, pelo menos, 3/4 (três quartos) do capital social, que terão direito de preferência para aquisição das mesmas.

3. ADMINISTRAÇÃO

3.1. A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta pelos seguintes cargos e membros, que permanecerão em seus cargos por tempo indeterminado:

NAME/NOME	POSITION / CARGO
CARLOS ALBERTO HEITOR DE FARIAS MAGGIOLI FILHO RG: 21.816.888 SSP/SP CPF: 184.192.418-06	INVESTMENTS OFFICER DIRETOR DE INVESTIMENTOS
FERNANDA ELOI FRANCO RG: 22.260.973-4 SSP/SP CPF: 154.546.988-14	COMPLIANCE OFFICER DIRETOR DE COMPLIANCE
JOSÉ PAULO LEMA PERRI RG: 29.833.450-1 SSP/SP CPF: 224.435.378-89	RISK OFFICER DIRETOR DE RISCO
JOSÉ PAULO LEMA PERRI RG: 29.833.450-1 SSP/SP CPF: 224.435.378-89	PLD OFFICER DIRETOR PLD

DUCEAP
04 09 18

3.1.1. Os Administradores declaram, expressamente, para todos os fins e sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem administração de sociedade e nem terem sido condenados (ou encontrarem-se sob efeito de condenação) (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

3.1.2. Todos os Diretores são residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.726, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04543-000.

3.1.3. Para os fins da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada ("ICVM 301"), da ICVM 558 e do Ofício-Circular nº 10/2015/CVM/SIN, as atribuições afeitas a cada um dos cargos de direção da Sociedade será a determinada nos itens (i) a (vi) abaixo:

(i) **Diretor de Investimentos** - Caberá ao Diretor de Investimentos as atividades privativas dos administradores de carteiras, nos termos da ICVM 558.

(ii) **Diretor de Compliance** - Caberá ao Diretor de Compliance a criação, o controle e a fiscalização do cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos, bem como zelar pelo cumprimento da legislação aplicável e aos atos normativos expedidos pelos órgãos competentes, ficando, em especial, responsável pelo cumprimento das normas contidas na ICVM 558.

(iii) **Diretor de Risco** - Caberá ao Diretor de Risco a criação e o controle de política de gestão de risco da Sociedade.

DUCEAP
04 09 18

(iv) **Diretor PLD** - Caberá ao Diretor PLD a responsabilidade pelo cumprimento e fiscalização do cumprimento de medidas de prevenção à lavagem de dinheiro, nos termos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, dos normativos emitidos pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, inclusive a ICVM 301.

3.2. Os Diretores permanecerão no exercício de suas funções até que sejam destituídos ou substituídos por deliberação dos sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social. Os sócios poderão nomear outros administradores por instrumento em separado ou mediante alteração deste Contrato Social, por decisão de sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social.

3.3. Compete aos Diretores, agindo isoladamente:

- (a) representar a Sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, instituições financeiras, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais e particularmente o Ministério da Fazenda, a Comissão de Valores Mobiliários e a Secretaria da Receita Federal;
- (b) administrar e gerir os negócios sociais, cumprindo e fazendo cumprir a política operacional geral da Sociedade emanada das deliberações tomadas nas reuniões de sócios quotistas e respeitar sempre as disposições legais e estatutárias;
- (c) assinar papéis e quaisquer documentos públicos ou particulares, firmar contratos e compromissos, assumir obrigações e responsabilidades em nome da Sociedade, incluindo prestação de garantias, seja para o atendimento de despesas, seja para investimentos e operações diversas;
- (d) emitir cheques, notas fiscais, aceitar ou emitir duplicatas e letras de câmbio, emitir notas promissórias, endossar cheques e títulos de crédito, desistir, renunciar, confessar, receber, passar recibo e dar quitação;

DUCE SP
04 09 18

(e) requerer tudo o que de direito for para a consecução dos objetivos estabelecidos neste instrumento, podendo outorgar procurações em nome da Sociedade a terceiros e, inclusive, conferir a estes poderes da cláusula "*ad judicia et extra*", além dos poderes para acordar em juízo ou fora dele, observado o disposto na cláusula 3.6., abaixo.

3.4. O Diretor está dispensado de prestar caução e poderá receber, mensalmente, uma remuneração em dinheiro, a título de pró-labore, que será anualmente fixada pela reunião de sócios, por deliberação dos sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social.

3.5. É defeso ao Diretor engajar a Sociedade em operações estranhas ao seu objeto social, considerando-se nulas, de pleno direito, as obrigações ou estipulações assim estabelecidas.

3.6. As procurações em nome da Sociedade deverão especificar os poderes outorgados e não poderão ter prazo de validade superior a 1 (um) ano, exceto pelas procurações *ad judicia*, que poderão ter prazo superior a 1 (um) ano ou mesmo prazo indeterminado.

3.7. Os administradores da Sociedade deverão observar os Acordos de Quotistas devidamente arquivados na sede da Sociedade, sendo vedada a prática de atos em violação ao disposto nos mesmos.

3.8. Ficarão condicionadas à prévia autorização, por escrito, de sócio ou sócios representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, manifestada em reunião, declaração, carta, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita (i) a prática de qualquer ato ou negócio que envolva montante superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses; e (ii) a aprovação de empréstimos ou concessão de quaisquer garantias.

3.8.1. Para os propósitos do presente artigo, o(s) administrador(es) deverá(ão) submeter orçamentos mensais relacionando qualquer operação excedendo o limite estabelecido acima para prévia aprovação; por escrito, dos sócios representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

DUCE SP
04 09 18

4. REUNIÃO DE SÓCIOS

4.1. As reuniões de sócios da Sociedade serão ordinárias ou extraordinárias, realizando-se, ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico e, extraordinariamente, sempre que necessário.

4.2. As reuniões de sócios serão convocadas mediante envio, pelo Diretor, de carta, fax ou e-mail, com 3 (três) dias úteis de antecedência, ou por qualquer dos sócios, nos casos previstos em lei, e com a apresentação das matérias a serem tratadas. Fica dispensada a convocação, nos termos desta cláusula, para as reuniões de sócios a que comparecerem todos os sócios.

4.3. As reuniões de sócios somente se instalarão com a presença dos sócios que representem 3/4 (três quartos) do capital social, em qualquer convocação.

4.4. As deliberações sociais, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observadas as disposições do contrato social em contrário, serão tomadas por sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade, em reunião de sócios convocada conforme disposto neste contrato social.

4.5. As deliberações que importarem a alteração do contrato social ou a transformação da Sociedade para outro tipo societário, a fusão, incorporação e cisão da Sociedade, ou a cessação do seu estado de liquidação, dependerão da aprovação dos sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social.

5. EXERCÍCIO SOCIAL

5.1. O exercício social tem início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes.

5.2. Ao término de cada exercício social, os sócios deverão elaborar o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico.

JUCESP
04 09 18

5.2.1. Os lucros líquidos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelos sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social, podendo ser distribuídos sem observância das participações dos sócios na Sociedade, observado o disposto no acordo de sócios da Sociedade a respeito.

5.2.2. Por deliberação dos sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social, a Sociedade poderá levantar balanços extraordinários para fins contábeis ou distribuição de lucros.

5.3. A Sociedade deverá manter em sua sede e à disposição dos sócios seus livros e registros contábeis.

6. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXCLUSÃO DE SÓCIOS

6.1. A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Reunião de Sócios o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante que deverá funcionar no período de liquidação.

6.1.1. Em caso de dissolução da Sociedade, o liquidante será indicado por sócio ou sócios titulares de ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. Nessa hipótese, os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir. Encerrada a liquidação, a Sociedade será declarada extinta por deliberação do sócio ou sócios titulares de ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

6.2. A morte, a retirada, a incapacidade, a falência, o impedimento ou a insolvência de qualquer dos sócios não implicará na dissolução da Sociedade, que continuará a existir entre os sócios remanescentes, exceto se os mesmos decidirem expressamente dissolvê-la e liquidá-la.

6.2.1. Na ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, o sócio remanescente poderá admitir o ingresso dos herdeiros ou sucessores na Sociedade ou determinar que suas quotas sejam liquidadas na forma da Cláusula 6.3 abaixo.

JUCESP
04 09 18

6.3. Caso apurada qualquer das possibilidades elencadas na Cláusula 6.2, serão apurados os haveres do sócio retirante, impedido, incapaz, ou dos herdeiros e sucessores do sócio falecido, dissolvido ou extinto, com base no valor de patrimônio líquido da Sociedade, conforme balanço contábil especialmente levantado para esse fim, relativo à data do evento.

6.3.1. O valor apurado na forma acima será pago em moeda corrente nacional, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, a critério dos sócios remanescentes, sendo que, no caso de pagamento parcelado, incidirá correção monetária baseada no IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o levantamento desse Balanço.

7. CESSÃO DE QUOTAS

7.1. Nenhum dos sócios poderá ceder, transferir ou de qualquer forma onerar qualquer de suas quotas ou direitos a elas inerentes aos demais sócios ou a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

7.1.1. A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à Sociedade e terceiros a partir da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis do respectivo instrumento subscrito pelo sócio ou sócios anuentes.

7.2. Os sócios comprometem-se a observar o(s) Acordo(s) de Quotista(s) devidamente arquivado(s) na sede da Sociedade no que concerne à transferência de quotas da Sociedade.

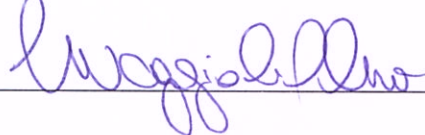
Fica eleito do foro da Comarca de São Paulo/Capital para dirimir quaisquer dúvidas e/ou questões oriundas deste contrato, por mais privilegiado que outro seja."

JUCESP
04 09 18

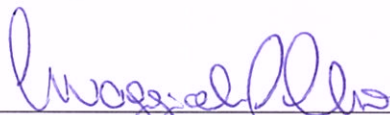
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas.

São Paulo, 07 de agosto de 2018.

CARLOS ALBERTO HEITOR DE FARIAS MAGGIOLI FILHO

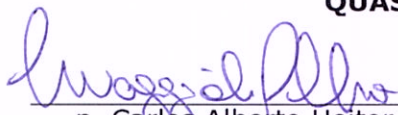


QUASAR INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA




p. Carlos Alberto Heitor de Farias Maggioli Filho

QUASAR HOLDING S.A.



p. Carlos Alberto Heitor de Farias Maggioli Filho

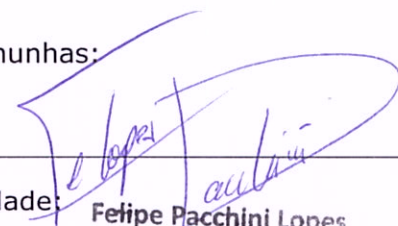


p. José Paulo Lema Perri

Testemunhas:

Nome:


Identidade:



Felipe Pacchini Lopes
RG: 36.405.517-0 SSP/SP
CPF: 408.926.298-43

Nome:

Identidade:



Giuliana Nigro Argese
RG: 21.523.046-2 SSP/SP
CPF: 157.530.308-66

